

**ESCOLA SUPERIOR DE GESTÃO  
E CONTAS PÚBLICAS  
CONSELHEIRO EURÍPEDES  
SALES**

**PROJETO PEDAGÓGICO DO  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO  
*LATO SENSU* EM NÍVEL DE  
ESPECIALIZAÇÃO:**

**“GESTÃO E CONTROLE SOCIAL  
DAS POLÍTICAS PÚBLICAS”**

**2019**

## **1. SOBRE O CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO E CONTROLE SOCIAL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS**

### **Justificativa do curso**

A Constituição Federal de 1988 inicia uma agenda democrática no Brasil composta pela ampliação de direitos civis e políticos, mas também com um conjunto de direitos sociais, cuja execução cabe a todos os entes da federação: União, estados, Distrito Federal e municípios. Para a efetivação desses direitos é necessário que o Estado promova um conjunto de políticas públicas em diversas áreas de atuação, como: saúde, educação, transporte, habitação, assistência social, segurança, meio ambiente, infraestrutura, trabalho, cultura, esporte e lazer, igualdade racial, direitos humanos, direitos das mulheres, mobilidade, direitos dos idosos, planejamento urbano, entre outros.

A partir do marco da Constituição Federal de 1988, seja por indicação da carta magna, seja pelas condições sociopolíticas, foram implementados um conjunto de institutos com o objetivo de garantir a eficácia das políticas públicas e a transparência. Outro paradigma que a carta magna coloca é a necessidade de construção de espaços institucionais que permitam a o diálogo e a participação da sociedade junto às instancias institucionais do Estado. Os instrumentos de democracia representativa passam a coexistir com os instrumentos de democracia participativa.

Nesse contexto passa a ter destaque na agenda pública o controle social, elemento que torna-se intrínseco à governança e gestão das políticas públicas. Entre os institutos de gestão e controle social das políticas públicas estão: Plano Diretor, Plano Plurianual de Ações, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei Orçamentária Anual, Programa de Metas, Lei de Acesso à Informação, Portais de Transparência, Conselhos Participativos, Conferências, Audiências Públicas, entre outros.

Conforme o IBGE, São Paulo possui aproximadamente 12 milhões de habitantes. Seu PB aproxima-se de R\$ 650 bilhões. A cidade teve um orçamento público no valor de R\$ 56,3 bilhões no ano de 2018. Caracteriza-se como a cidade mais populosa da América Latina. Isso faz com que seja um excelente laboratório para o enfoque dos estudos de controle social e políticas públicas a partir das suas práticas e experiências.

Nesse intuito, com o objetivo de aprofundar a discussão e preparar o servidor público e a população para uma melhor compreensão da elaboração, implementação, avaliação e controle das políticas públicas, é que a Escola de Contas propõe a

criação do curso de pós-graduação “lato-sensu” Especialização em “Gestão e Controle Social das Políticas Públicas”.

### **Objetivos do curso**

- ✓ Compreender a organização institucional do Estado moderno e do Estado brasileiro assim como seus fundamentos históricos, sociais e políticos.
- ✓ Entender como ocorre a organização jurídica-administrativa do Estado brasileiro e suas influências sobre o controle social e as políticas públicas.
- ✓ Compreender o papel do campo do conhecimento das políticas públicas, suas várias áreas de atuação e as suas etapas de elaboração, implementação, avaliação e controle.
- ✓ Assimilar a dinâmica de funcionamento dos mecanismos de planejamento, transparência, controle social e gestão das políticas públicas.
- ✓ Preparar o servidor público e membros da sociedade para os novos paradigmas sociais, políticos e tecnológicos que trazem uma realidade mais complexa e baseada em interfaces de atuação entre o poder público e a sociedade.

## **2. DESCRIÇÃO DO PERFIL PROFISSIONAL DO ESTUDANTE A SER FORMADO**

O curso objetiva formar um profissional capaz de ser agente de transformação social e organizacional e com capacidade de compreensão sobre as necessidades da sociedade contemporânea, sobre as estruturas institucionais do Estado e sobre a importância da eficácia e efetividade nas políticas públicas.

## **3. MATRIZ CURRICULAR**

*Disciplinas, carga horária, professores e titulação:*

<i>Disciplina</i>	<i>Carga Horária</i>	<i>Professor</i>	<i>Titulação</i>
<b>MÓDULO INSTITUIÇÕES E ORGANIZAÇÃO ESTATAL</b>			
Direitos Fundamentais e Competências dos Entes Federativos	30	Luís Eduardo Morimatsu	Mestre/ Doutorando
Desenvolvimento Socio-histórico do Estado Brasileiro	30	Daniel Bruno da Silva	Mestre
Organização Administrativa do Estado Brasileiro	30	Mariana Ogawa	Mestre
Controle Externo e Tribunais de Contas	30	Maria Fernanda Toledo	Mestre
Democracia Participativa e Constitucionalismo	30	Marcelo Veiga	Mestre
<b>Total do Módulo</b>	<b>150</b>		Mestre
<b>MÓDULO GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS</b>			
Elaboração e Implementação das Políticas Públicas	30	André Galindo	Mestre/ Doutorando
Indicadores no Planejamento e Avaliação das Políticas Públicas	30	Suelem Benício	Mestre
Planejamento e Orçamento Público	30	Helen Steffen	Mestre
Efetividade das Políticas Públicas e a Garantia de Direitos	30	Suelem Benício	Mestre
Estado, Burocracia e Políticas Públicas	30	Danilo Fuster	Mestre
<b>Total de Aulas</b>	<b>150</b>		
<b>CONTROLE SOCIAL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS</b>			

Controle Social das Obras Públicas	30	Gilson Piqueras	Doutor
Controle Social e Meio Ambiente	30	Gisela Coelho	Mestre
Controle Social das Políticas Públicas e Instituições Participativas	30	Antonia Conceição dos Santos	Mestre
<b>Total do Módulo</b>	<b>90</b>		
<b>MÓDULO ACADÊMICO</b>			
Metodologia Científica	30	Denise Mancera	Mestre
Seminários Temáticos: Transparência, Controle Social e Políticas Públicas na Cidade de São Paulo	30	Danilo Fuster	Mestre
<b>Total do Módulo</b>	<b>60</b>		
<b>TOTAL DE AULAS DO CURSO</b>	<b>450</b>		

#### **4. CORPO DOCENTE**

O corpo docente é formado por 13 professores que também atuam como servidores públicos com dedicação exclusiva ao TCMSP (08) ou à Escola de Contas (06).

No cômputo geral do corpo docente há 1 Doutor, 2 Mestres e Doutorando e 10 Mestres.

A coordenação pedagógica será exercida por André Galindo da Costa, Mestre em Ciências pela Escola de Artes Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo, integrante do corpo docente e que institucionalmente responde pela Coordenação da Pós-Graduação da Escola de Contas.

No Anexo I, constam os Currículos Lattes do corpo docente.

#### **5. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA**

##### **Início das atividades acadêmicas**

Será aberta 1 (uma) turma de 35 discentes, às segundas e quartas, pelas noites (das 19h às 22h) com início em agosto de 2019 e término em março de 2022. O cronograma detalhado encontra-se no Anexo II.

##### **Número de funcionários administrativos disponíveis para o curso**

A Escola de Contas conta com os seguintes setores e seus respectivos funcionários para atendimento dos alunos:

Direção da Escola: 01

Coordenação da Pós-Graduação: 01

Expediente Geral (Secretaria): 04

Supervisão Administrativa: 05

Supervisão de Informática: 03

Supervisão de Serviços Gerais: 04

*Total: 18 funcionários*

### **Previsão de trabalhos discentes/ Avaliação**

Em cada disciplina serão realizados pelos alunos estudos de caso, provas, seminários, trabalhos em grupo e individual, escrita de texto e elaboração de trabalhos escritos.

Como forma de avaliação serão considerados critérios como a participação em sala de aula, a realização dos trabalhos demandados ao longo da disciplina e a nota obtida na prova.

### **Período / carga horária / número de vagas**

Este curso poderá ser oferecido nos períodos: a) matutino, das 9 às 12h; b) vespertino, das 14 às 17h e c) noturno, das 19 às 22h.

*Esta pós-graduação está estruturada em 15 (quinze) disciplinas com carga horária total de 450 horas, com duração total prevista de 36 (meses) meses, prevendo-se a organização de turmas com até 35 (trinta e cinco) vagas.*

### **Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)**

O processo de construção do TCC irá começar com a disciplina Metodologia Científica com carga horária de 30 horas, na qual serão disponibilizadas aos alunos todas as ferramentas necessárias, para que o mesmo aplique o rigor científico na produção de seu trabalho.

Salientamos, que o tempo dispendido para a produção do trabalho, bem como a sua respectiva orientação, que estará sob a responsabilidade de um professor deste programa, não será computada nas 450 horas totais do curso.

O objetivo do TCC será apresentar uma tese vinculada à uma das disciplinas do curso, com ideias inovadoras e tese fundamentadas de acordo com os princípios da metodologia científica e que tragam contribuições para a área de estudo.

Entendemos que para tal, o TCC resultará mais interessante se for realizado em grupo de até 5 (cinco) alunos, que poderão contribuir com suas formações e experiências pessoais. Para isso, serão destinados horários na grade, fora das 450 horas exigidas

para obtenção do certificado, para que os alunos possam desenvolver seus trabalhos em grupo.

A avaliação do TCC será feita por banca examinadora, com três membros, em duas etapas: a primeira consiste na BANCA DE QUALIFICAÇÃO para que seja avaliada a pertinência e inovação do trabalho, com sugestões para a melhoria e aperfeiçoamento da pesquisa e sua apresentação, sendo atribuída uma nota preliminar, e, a segunda, consiste na BANCA DE DEFESA, em que o grupo deverá demonstrar os avanços obtidos na estruturação do trabalho. A nota do grupo será a média resultante das notas obtidas na qualificação e na defesa final.

O grupo deverá apresentar o trabalho para a banca examinadora e contará com até 20 minutos para a sua exposição. Cada membro da banca examinadora terá o prazo de, no máximo 10 minutos para arguição oral, tendo o grupo 15 minutos de tempo de resposta para defesa. Ao término das sessões, o grupo se retirará da sala de audiência e a banca definirá a nota de aproveitamento.

Na atribuição das notas os examinadores deverão levar em consideração o texto escrito, a qualidade da pesquisa realizada, a consistência entre a premissa do trabalho e a conclusão oferecida, a exposição oral e a resposta às arguições realizadas. A nota final para aproveitamento escolar é de no mínimo 7,0(sete).

### **Manual do aluno**

Será disponibilizado na primeira semana de aula ao corpo discente o Manual do Aluno em que estarão previstas informações imprescindíveis para o cumprimento das exigências pedagógicas deste programa, tais como: situações de abono de faltas, processo de desistência ou desligamento, requisitos e orientações para elaboração do TCC, direitos e deveres do discente, outorga do certificado de conclusão do curso, regime disciplinar, entre outras informações relevantes.

## **6. RECURSOS DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS**

As aulas irão transcorrer em sala equipada com diversos recursos, tais como: projetor multimídia, telas, quadros brancos e microcomputador. Adicionalmente, em todas as



salas de aula há equipamento de ar- condicionado, telefone e acústica adequada.

## **7. EXIGÊNCIAS PARA CERTIFICAÇÃO**

A conclusão do curso dar-se-á quando o aluno:

- a) for aprovado com nota final mínima 7,0 (sete) em cada disciplina;
- b) obtiver frequência mínima de 75% em cada disciplina;
- c) apresentar no prazo estipulado o TCC, com nota mínima 7,0 (sete).

Os alunos aprovados no curso farão jus ao Certificado de Conclusão do Curso de Especialização, outorgado pela Escola de Contas.

São Paulo, 14 de janeiro de 2019.

**ANDRÉ GALINDO DA COSTA**

**Respondendo pela Coordenadoria Técnica II – Pós-Graduação**

**JESSÉ SOUZA**

**Diretor-Presidente da Escola de Contas**

## ANEXO I – CURRÍCULOS LATTES DO CORPO DOCENTE

### **André Galindo da Costa**

Possui graduação em Administração Pública pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2009). Licenciado em Administração pela Faculdade de Tecnologia de São Paulo (2011). Mestre em Ciências no Programa de pós-graduação em Mudança Social e Participação Política da Universidade de São Paulo (2014). Fez curso de extensão em nível de mestrado em Desenvolvimento Humano Sustentável pela Università Degli Studi Milano Bicocca, de Milão, Itália (2015). Especialista em Gestão Pública Municipal pela Universidade Federal de São Paulo (2017). Doutorando em Ciências da Integração da América Latina na linha de Pesquisa de Sociedade, Economia e Estado na Universidade de São Paulo. Atualmente é assessor de gabinete, professor e pesquisador da Escola Superior de Gestão e Contas Públicas do Tribunal de Contas do Município de São Paulo. Tem experiência na área de Administração Pública, com ênfase em Políticas Públicas, Orçamento Público, Finanças Públicas, Mudança Social e Participação Política.

### **Antonia da Conceição dos Santos**

Possui graduação em Serviço Social pela Faculdade de Serviço Social de Lins (1982), mestrado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2012), especialização em Saúde Pública pela Universidade de Ribeirão Preto-SP (1996). Doutoranda em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. É Assistente Social da Prefeitura Municipal de São Paulo. Atualmente exerce o cargo de Assessora/Professora na Escola de Contas do Tribunal de Contas de São Paulo. Membro do Conselho Municipal de Saúde de São Paulo, membro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, membro do Conselho Regional de São Paulo-9ª região, membro do Comitê de Ética em Pesquisa da Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo. Coordenadora do Conselho Municipal de Saúde de São Paulo. Implantou e coordenou o Conselho Participativo Municipal de São Paulo. Membro do Grupo de Trabalho Democracia Participativa da Escola de Governo de São Paulo. Tem experiência na área de Controle Social e Conselhos de Políticas Públicas.

### **Daniel Bruno da Silva**

Possui graduação em Ciências Sociais pela Faculdade Faceres (2009). Mestre em Serviço Social na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Atualmente é professor nas escolas técnicas (ETECs) do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, onde leciona Sociologia, História, Ética e Filosofia. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas e Controle Social na Escola Superior de Gestão e Contas Públicas do Tribunal de Contas do Município de São Paulo. Desenvolve o Projeto Participação Social nos Gastos Públicos de Novo Horizonte SP, e Projeto Construindo a Cultura de Participação Social e Governo Aberto no município de São Paulo.

### **Danilo André Fuster**

Possui graduação em Gestão de Políticas Públicas pela Universidade de São Paulo - USP e mestrado em Gestão de Políticas e Organizações Públicas pela Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP. Atualmente é professor da Escola Superior de Gestão e Contas Públicas do TCM-SP.

### **Denise Salgado Mancera**

Possui graduação em Biblioteconomia pela Universidade do Estado de Santa Catarina (1998) e mestrado em Ciência da Informação pela Universidade de São Paulo (2015). Atualmente é bibliotecário da Prefeitura Municipal de São Paulo. Tem experiência na área de Ciência da Informação, com ênfase em Ciência da Informação, atuando principalmente nos seguintes temas: catálogo online, catalogação, controle de autoridade e representação da informação em bibliotecas.

### **Gilson Garcia Piqueras**

Possui graduação em Engenharia Civil pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (1979), Especialização em Administração de Empresas pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (1982), Especialização em Saneamento Ambiental (2016), Mestrado em Administração de Empresas pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (1986), Mestrado em Engenharia pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (2001). Doutor em Ciência e Tecnologia dos Materiais pela UNESP, Campus de Sorocaba (2018). Doutorando em Educação pela Universidade de Sorocaba. Tem experiência nas áreas de Gestão, Educação, Engenharia Civil e Auditoria.

### **Gisela Coelho do Nascimento**

Possui mestrado em Engenharia Civil - Hidráulica pela Universidade de São Paulo (1997). Atualmente é Agente de Fiscalização (auditora externa) - Tribunal de Contas do Município de São Paulo. Tem experiência na área de Engenharia Hidráulica, Hidrologia, Recursos Hídricos e Meio Ambiente. Foi Analista de infraestrutura do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão. Hoje é Agente de Fiscalização do Tribunal de Contas do Município de São Paulo.

### **Helen Cristina Steffen**

Helen Cristina Steffen possui graduação em Ciências Contábeis pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos UNISINOS (2009), Mestrado em Ciências Contábeis pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos UNISINOS (2012). Auditora Fiscal de Controle Externo do Tribunal de Contas do Município de São Paulo (TCMSP).

### **Luis Eduardo Morimatsu Lourenço**

Graduações em Direito e Filosofia. Mestre em Filosofia e Especialista em Direito Constitucional. Doutorando em Filosofia. Assessor e Docente da Escola Superior de Gestão e Contas Públicas do Tribunal de Contas do Município de São Paulo. Tem

interesse nas seguintes áreas: História da Filosofia austro-alemã; Epistemologia e Filosofia da Ciência (ênfase sobre o desenvolvimento, lógica e metodologia das ciências humanas e sociais no século XIX e início do século XX); Filosofia Política e do Direito; Interpretação Jurídica; Teoria Constitucional contemporânea; Constitucionalismo e Políticas Públicas.

### **Marcelo Veiga**

Professor Universitário, Advogado e Gestor Público. Doutorando em Direito Constitucional, USP. Mestre em Filosofia do Direito e do Estado, PUC/SP. Sub área Direitos Humanos. Professor convidado de Direitos Humanos e Teoria Política, MBA de Políticas e Gestão Governamental, EPD/SP. Professor Auxiliar de Metodologia e Lógica Jurídica, PUC/SP (2007). Assistente em Filosofia do Direito, Introdução ao Estudo do Direito e Direito Administrativo, PUC/SP (2001 a 2007). Professor de Sociologia do Direito e Filosofia do Direito e Ética, UNIBAN/SP (2006 e 2007). Professor de Filosofia do Direito e Filosofia Geral, UNICID/SP (2003 a 2005). Professor de Direito Constitucional, Curso Preparatório para Exame OAB, Noabilis/SP (2001 a 2003). Assessor de Gabinete, Tribunal de Contas do Município de São Paulo (a partir de maio de 2017). Secretário de Reforma do Judiciário, Ministério da Justiça/DF (2015 e 2016). Diretor do Departamento de Justiça, Classificação, Títulos e Qualificação, Ministério da Justiça/DF (2015). Assessor Especial do Ministro do Estado da Justiça, Ministério da Justiça/DF (2011 a 2015). Coordenador-Geral do Conselho Nacional de Política Cultural - CNPC, Ministério da Cultura/DF (2009 a 2011).

### **Maria Fernanda Pessatti de Toledo**

Assessora Jurídica de Controle Externo (TCMSP). Advogada. Mestre em Direito Constitucional - PUC-SP. Especialista em Gestão Pública pela Universidade de São Paulo. Especialista em Direito Constitucional pela Escola Superior de Direito Constitucional.

### **Mariana Uyeda Ogawa**

Mestre em Direito Pontifícia Universidade Católica de São Paulo(2007). Atualmente é PROFESSOR ADJUNTO da Universidade Paulista. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Público.

### **Suelem de Lima Benício**

Mestre em Política Pública pelo Programa de Pós-Graduação em Política Pública da Universidade Federal do ABC. Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2006). Professora da Escola Superior de Gestão e Contas Públicas do Tribunal de Contas do Município de São Paulo. Atuou como Assistente Técnico Pedagógico junto a DOT/Núcleo de Educação Étnico-racial da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo atuando na formulação de políticas públicas para a implementação das Leis 10.639/03 e 11.645/08. Professora de Ensino Fundamental e Médio junto a Secretaria Municipal de Educação de São Paulo e a Secretaria de Estado da Educação de São Paulo. Principais áreas de atuação: educação, educação básica, políticas públicas, relações étnico-raciais, ensino de sociologia e história.